

RELATÓRIO ANUAL

2015

DESCRITIVO DE RESPOSTAS E INTERVENÇÕES NO ÂMBITO
DAS AÇÕES DO PLANO DE AÇÃO PARA A REDUÇÃO DOS
COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS 2013-2016

Ficha Técnica

Título: Relatório Anual • 2015 - Descritivo de Respostas e Intervenções no âmbito das Ações do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016

Autor: Serviço de Intervenção nos Comportamentos e nas Dependências

Editor: Serviço de Intervenção nos Comportamentos e nas Dependências

Morada: Alameda das Linhas de Torres, N.º 117, Edifício D. Carlos I, 2º andar, 1750-147 Lisboa

Edição: 2017

Esta informação está disponível no sítio web do Serviço de Intervenção nos Comportamentos e nas Dependências, <http://www.sicad.pt>

Relatório Anual 2015

DESCRITIVO DE RESPOSTAS E INTERVENÇÕES
NO ÂMBITO DAS AÇÕES DO PLANO DE
AÇÃO PARA A REDUÇÃO DOS
COMPORTAMENTOS ADITIVOS E
DEPENDÊNCIAS 2013-2016

Índice

Índice de figuras/diagramas	5
Índice de gráficos	5
Índice de tabelas	6
Sumário Executivo	9
Enquadramento	17
Domínio da Procura.....	19
OG1. Prevenir, dissuadir, reduzir e minimizar os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências	20
Domínio da Oferta	69
1. Atuação no âmbito das substâncias ilícitas e das NSP	70
OG2. Reduzir a disponibilidade das drogas ilícitas e das novas substâncias psicoativas (NSP) no mercado, através da prevenção, dissuasão e desmantelamento das redes de tráfico de drogas ilícitas, em especial do crime organizado, intensificando a cooperação judiciária, policial e aduaneira, a nível interno e internacional, bem como a gestão das fronteiras.....	70
2. Atuação no âmbito do álcool, medicamentos e anabolizantes.....	80
OG3. Garantir que a disponibilização, acesso e consumo de substâncias psicoativas lícitas no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo de risco e nocivo.	80
2.1. Álcool	80
2.2. Medicamentos e Anabolizantes.....	83
3. Jogo.....	86
OG4. Proporcionar oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo	86
Áreas Transversais.....	87
Og5. Assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções através da criação de conhecimento, da capacitação dos profissionais, da comunicação e da cooperação internacional.....	87
1. Informação e Investigação	88
Og5.1. Consolidar a infraestrutura de conhecimentos e proceder a uma análise atempada, holística e exaustiva da situação	88

2. Formação	102
Og5.2. Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos em matéria de cad, capacitando os profissionais dos serviços com responsabilidades na operacionalização das políticas e desenvolvimento das intervenções, de forma a permitir aumentar a qualificação e especialização das respostas nos vários contextos e áreas de intervenção	102
3. Comunicação	105
OG5.3. Contribuir para a prossecução dos objetivos estratégicos do pnr cad, através da comunicação que fomente a partilha e disseminação da informação e a visibilidade dos resultados das ações empreendidas, tendo em vista as necessidades dos decisores políticos, dos profissionais da área e dos cidadãos.....	105
4. Relações Internacionais e Cooperação.....	112
OG5.4. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional nas instâncias internacionais que abordam o fenómeno dos comportamentos aditivos e dependências, desenvolvendo relações de cooperação, no âmbito dos mecanismos bilaterais e multilaterais existentes.....	112
5. Qualidade	123
OG5.5 assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções	123
Gestão do Plano	127
1. Coordenação	127
2. Orçamento.....	129
3. Avaliação	131
Lista de siglas e abreviaturas	133

Índice de figuras/diagramas

Figura 1- Estrutura do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020.....	18
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Número de instituições com programas de prevenção universal e seletiva por região	21
Gráfico 2 - Número de crianças/jovens abrangidos por programas de prevenção universal e seletiva por região	21
Gráfico 3 - Número de pessoas abrangidas por entidades da sociedade civil em programas de prevenção.....	22
Gráfico 4 - Programas de Prevenção Universal e Seletiva desenvolvidos por ONG's de âmbito nacional.....	22
Gráfico 5 - Programas de intervenção desenvolvidos nas escolas, por ciclos de ensino e alunos abrangidos no ano letivo 2014/15.....	24
Gráfico 6 - Evolução do cumprimento da Legislação do Tabaco	25
Gráfico 7 - Variação dos pontos percentuais, ao longo dos últimos 4 anos, sobre motivos diretamente relacionados com CAD que conduziram à sinalização de crianças/jovens em perigo às CPCJ's.....	26
Gráfico 8 - Variação dos pontos percentuais, ao longo dos últimos 9 anos, sobre motivos que poderão estar indiretamente relacionados com CAD e que conduziram à sinalização de crianças/jovens em perigo às CPCJ's.....	27
Gráfico 9 - Percentagem de cobertura no Dia de Defesa Nacional em 2015.....	29
Gráfico 10 - Nº de procedimentos concursais concluídos em 2015 (n=11), por região, considerando a data de abertura dos procedimentos concursais (2013, 2014 e 2015)	44
Gráfico 11 - Número de projetos em execução em 2015, por eixo de intervenção (n=80)	44
Gráfico 12 - Projetos em execução em 2015, por eixo de intervenção	45
Gráfico 13 - Projetos em execução por região e eixo de intervenção (n=80)	45
Gráfico 14 - Estruturas e Programas Sócio-sanitários de RRMD certificados, por região (n=39) ..	46
Gráfico 15 - Autorizações para a criação e funcionamento de Estruturas e Programas Sócio sanitários de RRMD concedidas pelo SICAD em 2015 (n=25).....	46
Gráfico 16 - Financiamento atribuído, por eixo de intervenção (n=86)	47
Gráfico 17 - Financiamento atribuído por região.....	47
Gráfico 18 - Indivíduos com CAD abrangidos por eixo de intervenção e por região.....	48
Gráfico 19 - Total de indivíduos abrangidos por projetos de RRMD, por região (n=24.244)	49
Gráfico 20 - Total de utentes em tratamento e em Programas de Tratamento com Agonista Opiáceo.....	49
Gráfico 21 - Rastreios de Doenças Infeciosas nas Unidades de Tratamento em 2015 (n=1455) .	50
Gráfico 22 - População-alvo final abrangida em 2015 (n=1213) e População-alvo estratégica abrangida em 2015 (n=1223), respetivamente:	50
Gráfico 23 - Intervenções desenvolvidas nos projetos, por região (n=21 projetos).....	51
Gráfico 24 - Pessoas abrangidas por ação, por tipologia de grupo-alvo	51
Gráfico 25 - Categorização dos indivíduos que ligam para a "Linha Vida – SOS Droga 1414" ..	56
Gráfico 26 - Temáticas dos pedidos formulados	56
Gráfico 27 - Total de Kits de seringas distribuídas/recolhidas por região/distrito em 2015.....	63

Índice de tabelas

Tabela 1 - Quadro síntese das medidas de ação do IPDJ por contexto, ciclo de vida e número de pessoas abrangidas	28
Tabela 2 - Número de rastreios realizados em 2015, por ramo das Forças Armadas	43
Tabela 3 - Entidades que integraram o Fórum Nacional Álcool e Saúde em 2015, por setor	58
Tabela 4 - Distribuição de preservativos femininos e masculinos por entidades, em 2015.....	61
Tabela 5 - Seringas distribuídas/recolhidas no âmbito do Programa de Troca de Seringas, em 2015, pelas entidades participantes	63
Tabela 6 - Campanhas realizadas pela GNR em 2015 e número de pessoas abrangidas	109

Preâmbulo

Compete ao SICAD apoiar o Coordenador Nacional na elaboração do Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Álcool, para além do Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependência. Tendo como referência o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 e respetivo Plano de Ação para o período 2013-2016, esses Relatórios compilam a informação recebida em 2015 dos vários parceiros, enquanto serviços fonte. Permitem-nos, não só conhecer a situação do País, mas também avaliar e monitorizar a evolução do cumprimento das metas definidas naquele Plano, numa lógica de saúde em todas as políticas.

Complementando aqueles Relatórios, no presente documento são apresentados alguns dos aspetos mais relevantes das respostas e intervenções implementadas em 2015. Como é sabido, iniciou-se em 2013 um novo ciclo na abordagem dos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD), através do alargamento do âmbito da intervenção, incluindo, não apenas as drogas ilícitas, as novas substâncias psicoativas e o álcool, mas também os medicamentos, os anabolizantes e o jogo.

Em 2015 ocorre a consolidação dos circuitos de cooperação necessários à construção de guias de intervenção, à monitorização e à avaliação das intervenções no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências. Para além da continuidade das intervenções das Unidades de Intervenção Local (hoje na dependência das Administrações Regionais de Saúde), dos parceiros dos setores Social e Privado e dos passos dados na operacionalização da Rede de Referência/ Articulação em CAD, foi dada continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI).

Enquanto Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, quero deixar uma palavra de profundo reconhecimento e agradecimento a todos os Profissionais e Serviços com responsabilidades no planeamento e implementação das políticas e intervenções nestas áreas, estando certo que o reforço da cooperação permitirá consolidar os progressos que vimos alcançando e manter o papel de referência internacional que o nosso País tem constituído.

Lisboa, 29 de dezembro de 2016

O Coordenador Nacional para os Problemas da Droga,
das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool



João Castel-Branco Goulão

Sumário Executivo

• Domínio da Procura

As políticas e respostas implementadas no **domínio da procura**, no âmbito do PARCAD 2013-2016 têm como base a Visão e Princípios do instrumento que o enquadra - o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD 2013-2020), salientando-se a Centralidade no Cidadão enquanto concretização do princípio Humanista, e a operacionalização de respostas eficazes, baseadas na evidência científica, no que se refere ao Pragmatismo. Assim, as intervenções têm em conta a globalidade das necessidades biopsicossociais do cidadão e/ou dos sistemas sociais em que se insere, perspectivadas de forma dinâmica no contínuo do seu ciclo de vida.

Parte significativa destas respostas e intervenções em comportamentos aditivos e dependências (CAD) é operacionalizada pelas Unidades de Intervenção Local (UIL), nomeadamente Centros de Respostas Integradas (CRI - que atuam nas áreas da prevenção, redução de riscos e minimização de danos, tratamento e reinserção), Unidades de Desabituação (UD), Unidades de Alcoologia (UA) e Comunidades Terapêuticas (CT) públicas. Estas unidades, detidas e geridas pelas Administrações Regionais de Saúde, I.P., não só implementam diretamente as intervenções nas diferentes áreas como, no caso dos CRI, participam nos procedimentos de coordenação dos projetos do PORI a nível da sua área geográfica de ação. No que se refere às intervenções diretas das UIL, nomeadamente a nível do movimento clínico nas áreas do tratamento e da reinserção, os seus resultados surgem plasmados de forma detalhada no Relatório Anual “A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependência – 2015” e Relatório Anual “A Situação do País em Matéria de Álcool – 2015”, debruçando-se assim primordialmente o presente Relatório na ação destas Unidades que ultrapassa as suas atividades diretas nestas duas áreas.

De acordo com o previsto no Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD 2013-2020), o domínio da Procura conta com duas **medidas estruturantes** das suas políticas e respostas: **o Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI)** e a **Rede de Referência / Articulação no âmbito dos CAD**.

Partindo da identificação de áreas lacunares de intervenção, através de diagnósticos com incidência territorial, em 2015, o **PORI** continuou a apoiar os projetos desenvolvidos pelas entidades promotoras, orientados para a concretização de respostas junto dos cidadãos e das comunidades que colmatem as necessidades detetadas. Através do desenvolvimento de Programas de Respostas Integradas (PRI), e com o apoio financeiro do SICAD, foram desenvolvidos 80 projetos a nível nacional, nas diferentes áreas de intervenção: 18 na área da prevenção, 39 na de redução de riscos e minimização de danos, 2 no tratamento e 21 no âmbito da reinserção.

Nos projetos na área da Prevenção, foi abrangido um total de 21.143 pessoas dividido entre populações estratégicas e populações-alvo finais. No que concerne às estruturas e programas socio-sanitários desenvolvidos no âmbito da Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD), e de acordo com as necessidades identificadas para cada território, em 2015 estiveram em funcionamento 29 Equipas de Rua, 5 Gabinetes de Apoio, 3 Centros de Abrigo/Acolhimento, 16 Programas de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência e 4 Pontos de Contacto e Informação em contexto recreativo, que abrangeram, na sua globalidade um total de 24.244 indivíduos utilizadores de substâncias psicoativas. No âmbito do Tratamento estiveram em desenvolvimento dois projetos cofinanciados, nas regiões Norte e de Lisboa e Vale do Tejo, operacionalizados através de *Centros de Consultas*, disponibilizando um acompanhamento integrado aos seus utentes; nesse contexto, foram realizadas Consultas Individuais por Médico/ Psiquiatra, por Psicólogos, bem como outros tipos de Atendimentos, abrangendo um total de 731 utentes. Na área da Reinserção, os 21 projetos cofinanciados em execução em 2015, envolveram um total de 2.436 pessoas. Tendo como objetivo o incremento das aptidões pessoais e sociais que subjazem aos processos de (re)integração social, a metodologia de Acompanhamento Psicossocial constitui a base das estratégias de intervenção em reinserção, destacando-se ainda as ações de Treino de Competências e Treino de Competências Pré-Profissionais e as atividades educativas-culturais, lúdicas ou pedagógicas que foram desenvolvidas.

No respeitante à **Rede de Referência/Articulação no âmbito dos CAD**, em 2015, deu-se continuidade às ações previstas no Plano de Implementação e de Acompanhamento, tendo as ARS, I.P. desenvolvido iniciativas a nível loco-regional em termos de projetos-piloto e o SICAD assegurado o acompanhamento e a monitorização das evoluções verificadas no âmbito desta medida estruturante. Foi ainda desenvolvido pelo SICAD, em colaboração com as ARS,IP, o instrumento de recolha de informação para a monitorização da implementação desta Rede.

Para além da atividade no âmbito das medidas estruturantes e resultando do envolvimento dos diferentes parceiros no PARCAD 2013-2016, outras respostas e intervenções tiveram lugar em 2016, sendo de destacar, pelo seu impacto na consecução das Metas e Objetivos deste Plano, as seguintes iniciativas:

Em **contexto escolar** e, à semelhança dos anos anteriores, a intervenção preventiva no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências, em 2015, foi assegurada quer pelas estruturas do Ministério da Saúde designadamente o SICAD, as DICAD das ARS, I.P e respetivos CRI e UA, sendo que nas regiões autónomas esta se processou através do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, I.P.-RAM. na Região da Madeira e pela Divisão de Planeamento e Prevenção da Direção de Serviços de Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis, na região dos Açores, em articulação com outros organismos públicos, designadamente Ministério da Educação e o IPDJ, envolvendo ainda a sociedade civil, através da ação de diferentes organizações da comunidade, em resposta a solicitações de âmbito local.

Foram utilizados diferentes programas de prevenção, com especial destaque para o “*Eu e os Outros*”, “*Pistas*” e “*Trilhos*”, “*Atlante*” e o “*Preparando o Meu Futuro*”. Estes programas tiveram graus de implementação diferentes, mas, em conjunto, garantiram uma cobertura nacional que abrangeu um total de 23.550 crianças e jovens de todos os níveis de ensino desde o primeiro ciclo do ensino básico ao ensino secundário.

Complementarmente, um conjunto de várias entidades da Sociedade Civil desenvolveu ao longo de 2015 várias intervenções preventivas no âmbito dos CAD, com carácter continuado, com base em programas da sua autoria ou adaptados a partir de programas

internacionais com rigor avaliativo e com suporte em evidência científica. O conjunto das diferentes ações, alicerçados na formação específica de profissionais para a sua implementação, garantiu a intervenção maioritariamente junto de crianças e jovens, tendo sido abrangidos 7.524 indivíduos enquadrados por 252 instituições distribuídas geograficamente por todo o país. Destaca-se que algumas destas medidas se destinaram a pais e/ou famílias.

Visando, igualmente, a promoção de intervenções preventivas de carácter universal, seletivo e indicado, promotoras do desenvolvimento de fatores de proteção individuais, familiares, sociais e ambientais, e no âmbito da intervenção da **Direção Geral de Educação**, foram desenvolvidos 1975 projetos, nos diferentes níveis de ensino. No contexto do **Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE)**, as Equipas de Saúde Escolar trabalharam áreas como a prevenção do consumo de substâncias psicoativas lícitas (tabaco e bebidas alcoólicas) e ilícitas, tendo sido abrangidos 413.184 crianças e jovens, através de ações de promoção e educação para a saúde integradas, ou não, em Projetos.

No âmbito do Programa CUIDA-TE, que visa a promoção da saúde juvenil e de estilos de vida saudáveis nos jovens, desenvolvido pelo **Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.** (IPDJ, I.P.) em parceria com as ARS, Direção-Geral da Saúde, Direção-Geral de Educação e SICAD, foram abrangidos 20.716 jovens, nas diferentes medidas do programa que contribuem para a prevenção dos CAD.

Do desenvolvimento de parcerias estratégicas nesta área destaca-se a realizada entre o Ministério da Defesa Nacional e o SICAD e que diz respeito à intervenção realizada junto de jovens convocados para o **Dia da Defesa Nacional (DDN)** onde foram ministradas sessões de sensibilização/informação organizadas pelo SICAD, contando com o apoio das cinco ARS, I.P. No decurso destas ações foram abrangidos cerca de 62.601 jovens oriundos dos 22 Núcleos de divulgação do DDN distribuídos pelo país.

Relativamente à **prevenção seletiva** algumas intervenções assumem abordagens específicas para se adaptarem a populações com características especiais. Enquadra-se nestas a intervenção desenvolvida na **Casa Pia de Lisboa, I.P.** junto a jovens sob a tutela da Segurança Social através do Programa de Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Dependências, a qual visa implementar estratégias de intervenção preventiva ambiental, seletiva e indicada de forma integrada, junto dos educandos dos Centros de Educação e Desenvolvimento.

Também a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR) têm incluindo a temática do álcool e drogas, no planeamento da sua atividade operacional. Assim, na vertente preventiva destaca-se o **Programa Escola Segura**, de âmbito nacional e que de dirige aos estabelecimentos de educação básica e secundária e respetivas comunidades educativas.

Para a área de **Redução de Riscos e Minimização de Danos**, deve ser mencionado especificamente o Programa Troca de Seringas, desenvolvido pelo Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA da DGS, e que conta com o apoio de uma Comissão de Acompanhamento a qual integra representantes dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., do SICAD, dos Pontos Focais para a Infecção VIH/SIDA das ARS, I.P., da Associação CASO – Consumidores Associados Sobrevivem Organizados, e das DICAD das ARS, I.P.. No ano de 2015, foram distribuídas / trocadas 1.004.706 seringas – refira-se a importância das intervenções dos projetos desenvolvidos no âmbito do PORI, nomeadamente as Equipas de Rua, para o nível de execução deste Programa, que contou ainda em 2015 com a participação dos Centros de Saúde, CRI, outras Equipas de Rua e Posto Móvel.

Reconhecendo-se que para as ações no domínio do **Tratamento** e da **Reinserção** assume principal destaque as atividades das UIL geridas pelas ARS, IP, é de salientar a ação do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), na reparação de situações de exclusão social de subpopulações e cidadãos com CAD e problemas associados (nomeadamente a infeção VIH/SIDA), através do atendimento, a orientação, o encaminhamento e a atribuição de apoios económicos. A intervenção nestas áreas envolve igualmente o encaminhamento para respostas sociais existentes, através do modelo de cooperação entre o Estado e as Instituições Particulares de Solidariedade Social, como os Apartamentos de Reinserção Social e as Equipas de Intervenção Direta, no caso dos CAD associados a substâncias ilícitas; Grupo de Autoajuda, no caso de cidadãos com problemas ligados ao consumo nocivo de Álcool e ainda o Atendimento/Acompanhamento Psicossocial, os Serviços de Apoio Domiciliário e Residências para pessoas infetadas pelo VIH.

No âmbito da Reinserção, as atividades desenvolvidas pelas **Equipas de Reinserção das UIL** concretizam parte significativa das atividades nesta área. Nesse sentido, foram desenvolvidas intervenções junto dos utentes e nos seus sistemas sociais, visando a resposta a necessidades neste domínio, destacando-se a facilitação do acesso a formação e emprego. Especificamente no que se refere à Formação Profissional foram inseridos 196 utentes em ações a este nível. No que se refere ao Emprego, foram diagnosticadas 2.905 necessidades, tendo sido integrados 624 utentes destas unidades no mercado de trabalho. Ainda neste domínio, para o ano de 2015 importa registar as iniciativas no contexto do Programa Vida-Emprego, as quais se mantiveram apesar das alterações legislativas que incidiram nas medidas de apoio para a concretização de percursos de inserção no mundo do trabalho. Assim, a este nível, refira-se que 624 utentes que apresentam maiores fragilidades na relação com o mercado de trabalho se mantiveram inseridos em medidas deste Programa, e que 1145 entidades empregadoras se encontravam registadas na Bolsa de Empregadores, instrumento que permite partilhar informação relativa a empresas e outras entidades que tenham contratado ou possam vir a contratar pessoas com CAD.

A Dissuasão enquanto área específica de intervenção em CAD, desenvolve uma abordagem que vai além da aplicação da lei da descriminalização, contribuindo para uma efetiva redução do consumo de substâncias ilícitas e prevenção dos comportamentos aditivos e dependências. O foco da ação das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT) recai na avaliação do indiciado e no seu encaminhamento, oferecendo uma oportunidade de mudança de comportamento a muitos dos indivíduos que por elas passam. Em 2015 foram instaurados 11.014 processos de contraordenação, 5.038 dos quais, a indiciados não toxicodependentes com idades compreendidas entre os 15 e 19 anos (2.245) e os 20 e 24 anos (2.793). As CDT mantiveram como prioritária a abordagem direcionada para a identificação precoce de situações de risco, procurando desta forma intensificar a resposta dissuasora.

Os problemas associados ao consumo de álcool e outras substâncias psicoativas em **meio laboral** devem ser alvo de uma intervenção integrada com foco na prevenção mas, contemplando também, as vertentes de tratamento, acompanhamento e reintegração de trabalhadores com problemas.

A intervenção neste contexto consistiu no apoio aos trabalhadores e às empresas na minimização desta problemática, quer através da sensibilização para que se dinamizem políticas de segurança e saúde das empresas, quer na ajuda na elaboração e implementação de documentos orientadores e medidas efetivas tendentes à prevenção, redução e controlo do problema.

Nesta área destaca-se o trabalho desenvolvido em autarquias e em empresas públicas e privadas, bem como a elaboração do “Código de Conduta Empresas e VIH”, para orientar a resposta à infeção por este vírus nas vertentes de prevenção, acesso ao tratamento e não discriminação; e ainda a redação do “Guia Prático para a Intervenção em Micro Pequenas e Médias Empresas sobre Comportamentos Aditivos e os seus Reflexos em Meio Laboral”.

A intervenção em **contextos recreativos** em 2015 conheceu novos desenvolvimentos, no âmbito do projeto Kosmicare - serviço de intervenção na crise resultante do consumo de substâncias psicoativas em ambientes recreativos, tendo sido estabelecido um novo acordo de cooperação, para a implementação da resposta num novo evento - o Be-In Festival. Este acordo possibilitou a exploração de propostas alternativas de promoção da saúde e RRMD, num evento internacional, que contou com a presença de cerca 5.000 pessoas em Idanha-a-Nova entre 18 a 21 de Junho.

A **Linha Vida** - serviço de aconselhamento, informação e encaminhamento telefónico sobre CAD, assegurada pelo SICAD, continuou a desenvolver as suas atividades em 2015, tendo sido atendidas 7.413 chamadas.

O desenvolvimento das atividades registado em 2015 no âmbito do **Fórum Nacional Álcool e Saúde** (FNAS), plataforma integrada de discussão sobre os problemas ligados ao álcool, dinamizada pelo SICAD, levou a que os 82 compromissos aprovados se operacionalizassem através de 212 atividades executadas pelas diferentes entidades que fazem parte deste Fórum. Registou-se ainda a apresentação de 39 novos compromissos no ano, sendo ainda de salientar neste domínio a realização de 9 Encontros de Monitorização e Partilha de Boas Práticas.

No que se refere às adições sem substância, nomeadamente o **Jogo**, em 2015 foi dada continuidade ao desenvolvimento das articulações interinstitucionais entre *stakeholders* estratégicos (nacionais e internacionais), dos diferentes domínios, no sentido de planear e implementar políticas e respostas integradas para esta problemática. Igualmente, prosseguiram as iniciativas que visam fomentar a formação de conhecimento e a capacitação dos profissionais, a produção de normas e orientações técnicas que sustentam as intervenções nesta área, nomeadamente a nível das respostas no âmbito do tratamento.

- **Domínio da Oferta**

No **domínio da oferta**, a diminuição da disponibilidade e do acesso às substâncias ilícitas tradicionais e às novas substâncias psicoativas, a regulação e regulamentação do mercado das substâncias lícitas (álcool, medicamentos e anabolizantes) e respetiva fiscalização e a harmonização dos dispositivos legais já existentes ou a desenvolver, nomeadamente no que se refere à área do jogo e da internet, constituem o centro das políticas e intervenções, assente no pressuposto da cooperação nacional e internacional.

Neste sentido, a Polícia Judiciária, através da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (UNCET), atribuiu especial relevância à **cooperação nacional e internacional**, à fiscalização e controlo das fronteiras e à investigação criminal do tráfico organizado e das redes criminosas que o desenvolvem, quer a nível interno, quer, muito particularmente, a nível transnacional, área em que Portugal assume especiais responsabilidades no contexto europeu.

No que se refere à cooperação internacional, com as autoridades policiais e outros países em investigações específicas sobre atividades de grupos criminosos, no decurso do ano de

2015, desenvolveram-se várias investigações que impuseram a articulação, e coordenação de esforços com congéneres estrangeiras e agências internacionais. Foram realizadas 5 reuniões operacionais e 2 de coordenação. Para além do referido foi ainda realizada a operação FULECO sob a égide da *European Law Enforcement Organisation* (Europol).

No que diz respeito ao trabalho realizado pela Guarda Nacional Republica, durante o ano de 2015, foi consolidado pela GNR o projeto denominado *Sistema Integrado de Vigilância Comando e Controlo* (SIVICC) que abrangeu a totalidade do território nacional. No âmbito da atividade desenvolvida diariamente pelo dispositivo da GNR, verifica-se a recolha e tratamento de informação relacionada com atividades de grupos conotados com atividades ilícitas, informação essa que, após ser tratada pelo órgão competente, é reportada superiormente e no âmbito da EMPCRA. Foram ainda realizados ações no âmbito da FRONTEX (Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos EM da EU) e diversas ações de Controlo Móvel.

Em relação ao **reforço da prevenção do tráfico de distribuição direta a consumidores**, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade a estes associada, através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias, neste âmbito destacamos o Programa Escola Segura. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna, em 2015, as Forças de Segurança empenharam um efetivo de 735 elementos afetos em exclusivo a este programa especial. No âmbito deste programa, encontraram-se abrangidos aproximadamente 8.575 estabelecimentos de ensino em todo o território nacional, abrangendo uma população total de 1.826.899 alunos.

No que diz respeito à prevenção e controlo da entrada e circulação de estupefacientes, bem como de outras substâncias ilícitas em **meio prisional** e em relação ao aumento do número de buscas e revistas, designadamente através da realização de buscas gerais e parciais bem como a intensificação de ações com recurso a meios cinotécnicos, a DGRSP realizou, durante o ano de 2015, 268 Buscas e 235 Revistas.

- **Temas Transversais**

No que diz respeito às áreas transversais, nomeadamente em relação à **Informação e Investigação**, em 2015 foi reforçado o investimento na recolha de dados e no desenvolvimento de indicadores considerados relevantes a nível europeu e internacional, seja através da promoção de uma cultura de registo, de monitorização e de avaliação das intervenções, baseada em sistemas de informação de rotina com meta informação harmonizada, seja através do investimento na investigação em CAD - foram desenvolvidos vários estudos enquadrados nas diversas linhas de investigação previstas -, potenciando sinergias com projetos desenvolvidos a nível europeu e internacional, numa perspetiva de abertura internacional à investigação nacional.

Na perspetiva de uma aplicação efetiva da informação e do conhecimento para o desenvolvimento de políticas em CAD e sua avaliação, deu-se continuidade a várias iniciativas com vista a aumentar o valor percebido do conhecimento produzido.

Já na área da **Formação e Comunicação** e tendo em consideração a imprescindibilidade na aquisição e consolidação dos conhecimentos nesta área a Formação continua a merecer o investimento dos vários atores envolvidos nesta problemática, assim em 2015, foi consolidado

e atualizado o diagnóstico das necessidades de formação em matéria de CAD dos profissionais que integram as ARS, I.P. e o SICAD.

Foram disponibilizados 14 cursos de formação por parte do SICAD e 29 da responsabilidade das ARS, I.P.

Em 2015, realizaram-se nas Forças Armadas as ações de formação previstas em sede do Programa Para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas

Também, durante o ano de 2015, considerando a formação de professores/ aplicadores do projeto "Eu e os Outros" foi possível consolidar esta intervenção.

No que diz respeito à área da comunicação, destaca-se em 2015, uma aposta na melhoria páginas eletrónicas institucionais e no desenvolvimento de conteúdos em plataformas para disseminação *online* nomeadamente nas Redes Sociais.

Ainda neste âmbito foram organizados vários eventos, para o efeito, destacam-se:

- Apresentação do Relatório da Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências 2013; (Lisboa – AR – 7 janeiro)
- Sessão de Apresentação Pública das Linhas Orientadoras para a Mediação Social e Comunitária no âmbito da Reinserção de Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências; (Coimbra – 13 fevereiro)
- Fórum Nacional Álcool e Saúde; (Loures – 14 abril)
- Conferência de Imprensa (Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos e Dependências em Meio Prisional, 2014); (Lisboa - 26 junho)
- Apresentação Pública do Estudo "Consumo de Álcool na Gravidez"; (Lisboa - 14 setembro)
- Lisbon Addictions 2015 – 1ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências. (Lisboa – 23 a 25 setembro)

Em matéria de Relações Internacionais e Cooperação, é importante salientar que o SICAD assegura a representação nacional em vários *fora* europeus e internacionais, promovendo a articulação entre todos os departamentos governamentais envolvidos na problemática de CAD por forma a assegurar a convergência de posições, nomeadamente nas seguintes reuniões:

- Grupo Horizontal Drogas – grupo do Conselho da União Europeia responsável pela coordenação das políticas e estratégias da UE em matéria de drogas;
- Coordenadores Nacionais da Droga organizadas pelas Presidências em exercício do Conselho da UE;
- Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências (REITOX) e Conselho de Administração do Observatório da Droga e da Toxicodependência (OEDT);
- Grupo Pompidou do Conselho da Europa;
- Comissão dos Estupefacientes e outros *fora* das Nações Unidas;
- Comité de Política Nacional e Ação sobre o Álcool (CNAPA) e Fórum Europeu sobre Álcool e Saúde, estruturas que acompanham a implementação da Estratégia da UE para apoiar os Estados Membros na minimização dos efeitos nocivos do álcool.

Destaca-se ainda a participação de representantes da Autoridade Tributária, da PJ/UNCTE, do SIS e do SIED em diversas reuniões, nas quais se abordam matérias referentes ao tráfico internacional de estupefacientes, bem como em atividades de cooperação e intercâmbio com outros países.

Em 2015, teve particular relevo a realização da 1ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências – *Lisbon Addictions 2015*. A Conferência foi organizada pelo SICAD, em colaboração com a revista *Addiction*, o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência e a *International Society of Addiction Journal Editors - ISAJE*.

A Conferência contou com mais de 600 participantes, oriundos de 58 países, abrangendo uma audiência multidisciplinar de peritos em áreas como a epidemiologia, políticas públicas, investigação, psicofarmacologia, ciências sociais e comportamentais. No evento foram apresentados os últimos desenvolvimentos do conhecimento científico, tendo o programa incluído 16 *keynote speakers*, cerca de 200 apresentações e 140 comunicações rápidas.

Devido ao sucesso do evento, de dimensão e importância indiscutível na agenda internacional, o SICAD anunciou a realização da 2ª edição desta Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências para 2017.

Em matéria de política de álcool, enquanto responsável pela coordenação da Ação Comum "*Reducing Alcohol Related Harm (RARHA)*", o SICAD organizou e participou nas reuniões do *Management Group* e *Advisory Group*, tendo igualmente apresentado a *Joint Action* em diversos fora nacionais e internacionais. A Comissão Europeia aprovou o *interim report* elaborado pelo SICAD, que refletiu o cumprimento das metas propostas nas diversas áreas de trabalho da *Joint Action*.

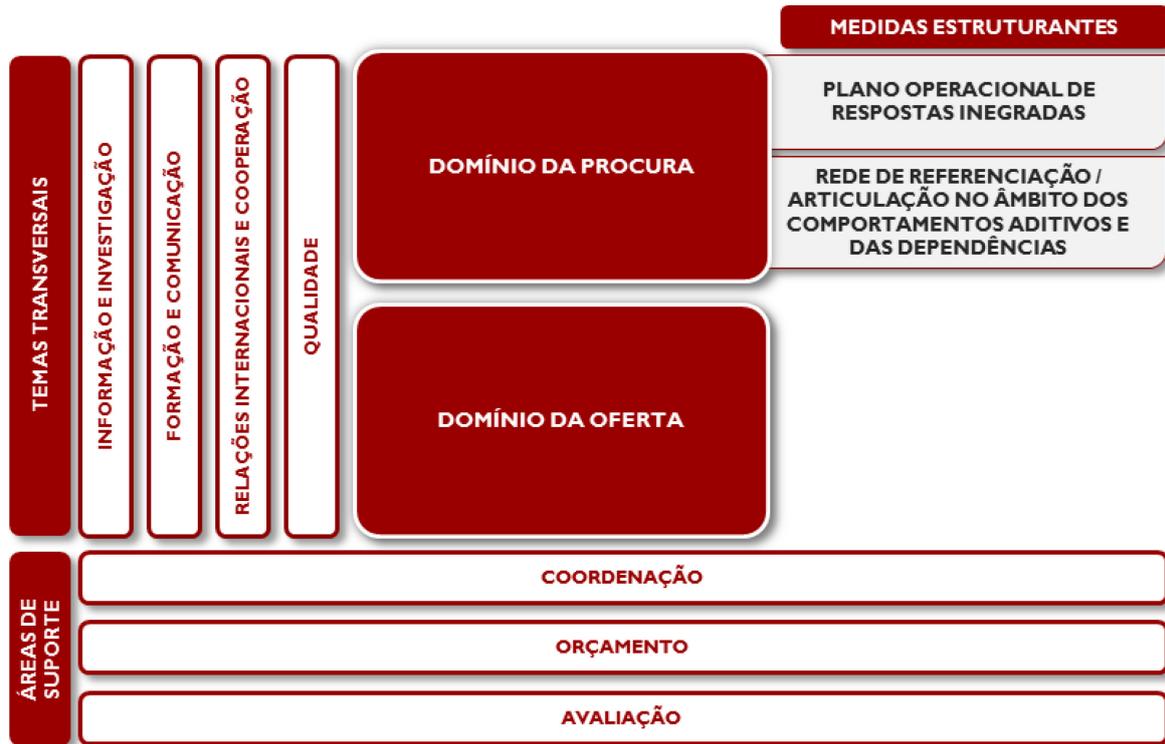
Enquadramento

É da responsabilidade do Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, a apresentação à Assembleia da República, em nome do Governo Português, um relatório anual sobre a atividade realizada no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências. Assim, procurou-se, no presente documento, sistematizar a informação relativa às respostas e intervenções realizadas por todos os parceiros envolvidos, tendo como referencial as ações previstas no Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016. Este plano decorre do documento enquadrador da intervenção para esta área, designado Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (PNRCAD 2013-2020).

O PNRCAD 2013-2020 constitui-se como um reforço importante no domínio das políticas e serviços de saúde, na medida em que as problemáticas associadas aos CAD encerram riscos e custos às quais é importante fazer face pelas repercussões e impacto que têm na vida dos indivíduos, das famílias e da sociedade.

O PNRCAD 2013-2020 é um Plano Interministerial que aborda a temática dos comportamentos aditivos e dependências (CAD) numa ótica balanceada entre o domínio da procura, que contempla as diferentes etapas do ciclo de vida e no qual são destacadas as medidas estruturantes, e o domínio da oferta. Inclui, ainda, temas transversais relacionados com a importância de atualização permanente da informação e do conhecimento, com a capacitação dos profissionais através da formação e comunicação, com a cooperação internacional e com a qualidade. Elementos comuns são as áreas de suporte, como a coordenação, o orçamento e a avaliação.

Figura 1- Estrutura do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020



Fonte: SICAD

O PNRCAD com um horizonte temporal de 8 anos desdobra-se em dois Planos de Ação, cada um com um horizonte temporal de 4 anos. O texto que a seguir se apresenta pretende descrever as respostas e intervenção realizadas, em 2015, no âmbito das ações do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências (PARCAD) 2013-2016. Esta descrição das intervenções e atividades realizada é elaborada a partir dos contributos recolhidos junto dos parceiros com responsabilidade direta na execução do PARCAD.

Domínio da Procura

Orientadas pelos Valores subjacentes ao desenvolvimento das estratégias e políticas públicas no domínio dos CAD, as respostas no âmbito da procura focam-se no cidadão e na globalidade das suas necessidades bio-psico-sociais e são implementadas de acordo com as evidências científicas relativas à sua adequação e eficácia.

O cruzamento das linhas de força que orientam a visão sobre o cidadão com CAD - a abordagem por fase de ciclo de vida e os contextos em que estes comportamentos se expressam (familiar, comunitário, escolar - básico, secundário, ensino profissional e universitário, laboral, recreativo, desportivo, rodoviário e prisional), geram uma grelha de análise que permite, ao nível da planificação, a definição de políticas, a hierarquização e priorização das intervenções mais eficazes a implementar, para cada grupo-alvo.

As intervenções a desenvolver são globais e integradas, preenchendo um contínuo que vai da promoção da saúde, prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos (RRMD), ao tratamento e à reinserção social. A par dos tipos de intervenção identificados e da existência de maiores vulnerabilidades, que caracterizam diferentes grupos, a orientação e a priorização das ações tem em conta os níveis de risco dos CAD que se manifestam nos diferentes grupos populacionais, ou no caso de abordagens que têm como objeto o indivíduo, no cidadão com CAD. Para o desenvolvimento das intervenções, deve ainda atender-se aos diferentes quadros legais em vigor que regulam o acesso a substâncias psicoativas lícitas, ilícitas e ao jogo.

OG1. PREVENIR, DISSUADIR, REDUZIR E MINIMIZAR OS PROBLEMAS RELACIONADOS COM O CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, OS COMPORTAMENTOS ADITIVOS E AS DEPENDÊNCIAS

OE1. Reduzir os comportamentos de risco associados ao consumo de substâncias psicoativas, fornecendo as competências e informação necessárias para (...)

OE2. (...) evitar ou retardar a iniciação ao consumo de substâncias, identificando precocemente padrões de comportamento desadaptativo predisponentes ao desenvolvimento de CAD, nomeadamente padrões de consumo de substâncias psicoativas como o binge drinking e /ou embriaguez

Ação 1. Promoção de intervenções preventivas de carácter universal, seletivo e indicado, que facilitem o desenvolvimento de fatores de proteção individuais, familiares, sociais e ambientais

- Crianças e Jovens até aos 24 anos de idade com especial incidência nos contextos familiar escolar/universitário, desportivo e recreativo (Associação Nacional de Municípios; Autarquias; ARS, I.P.; CNPCJR; DGE; DGS; IEFP, I.P.; IPSS/ONG; ISS I.P.; MDN; IPDJ; Instituições do Ensino Superior; Sindicatos; SICAD; SPMT)

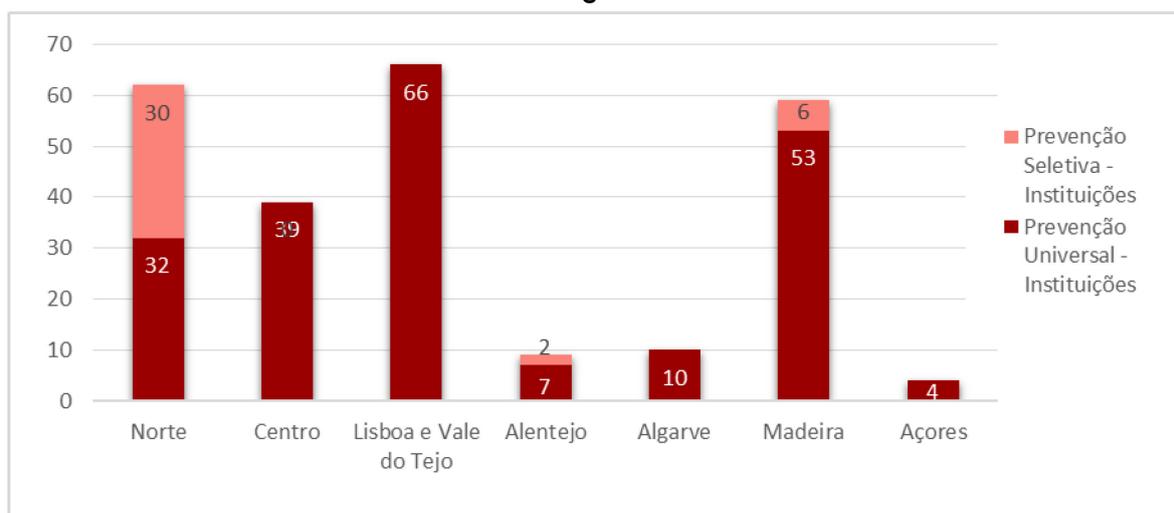
À semelhança dos anos anteriores a **intervenção preventiva no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências**, em 2015, foi desenvolvida quer pelas estruturas do ministério da saúde, em articulação com a comunidade, quer por organizações da sociedade civil, em resposta a solicitações de diferentes entidades de âmbito local.

No primeiro caso, as entidades envolvidas foram maioritariamente as equipas de prevenção dos Centros de Resposta Integrados (CRI) e das Unidades de Alcoologia (UA) das Divisões de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD) das **Administrações Regionais de Saúde (ARS, I.P.)**. Na Região Autónoma da Madeira a intervenção foi coordenada pela Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD), serviço pertencente ao **Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, I.P.-RAM**. Já na Região Autónoma dos Açores a intervenção preventiva é coordenada pela **Divisão de Planeamento e Prevenção da Direção de Serviços de Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis**.

Foram utilizados diferentes programas de prevenção, com especial destaque para o “Eu e os Outros”, “Pistas” e “Trilhos”, “Atlante” e o “Preparando o Meu Futuro”. Estes programas tiveram graus de implementação diferentes, mas, em conjunto, garantiram uma cobertura nacional que abrangeu um total de 23.342 crianças e jovens de todos os níveis de ensino desde o primeiro ciclo do ensino básico ao ensino secundário. As crianças e jovens abrangidos estavam integrados em 250 instituições, a grande maioria das quais são escolas. Dos dados reportados é de destacar que apenas 6% dos jovens abrangidos foram objeto de intervenção de prevenção seletiva, isto é, focada em populações que apresentam um nível de risco mais elevado, estando este grupo enquadrado em 38 instituições (15% das instituições envolvidas).

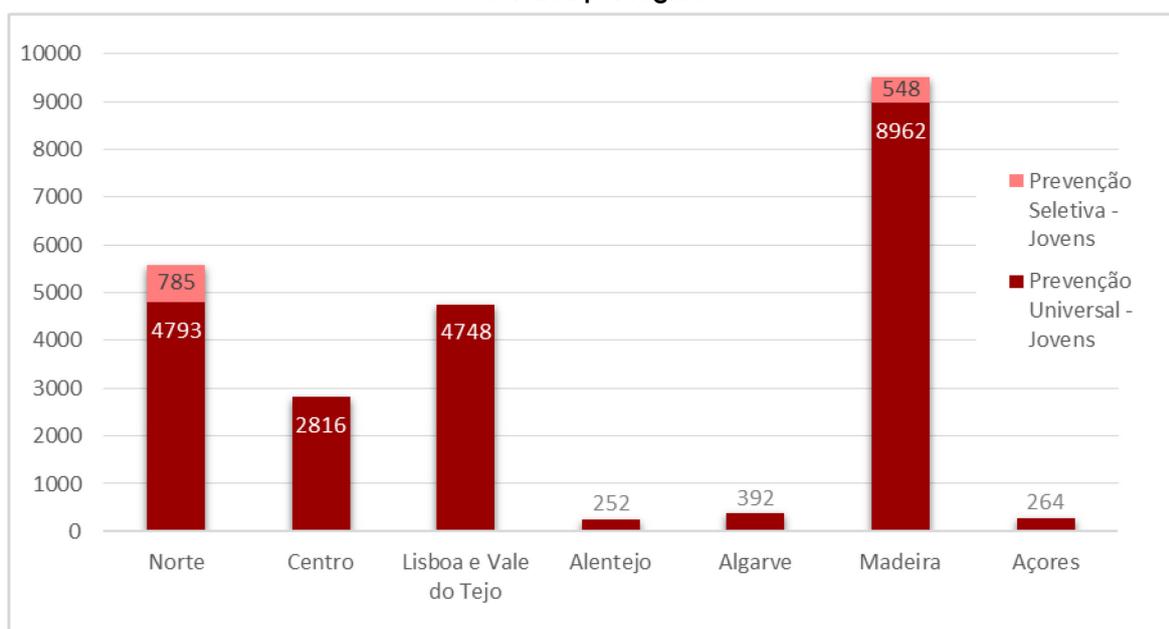
A distribuição geográfica das intervenções reportadas é heterogénea, com o maior envolvimento institucional a verificar-se nas Regiões de Lisboa e Vale do Tejo (27%), no Norte (25%) e na Região Autónoma da Madeira (24%), ainda que quanto ao grupo de jovens abrangido, este tenha maior dimensão na Região Autónoma da Madeira (41%), no Norte (24%) e na Região de Lisboa e Vale do Tejo (20%).

Gráfico 1 - Número de instituições com programas de prevenção universal e seletiva por região



Fonte: SICAD

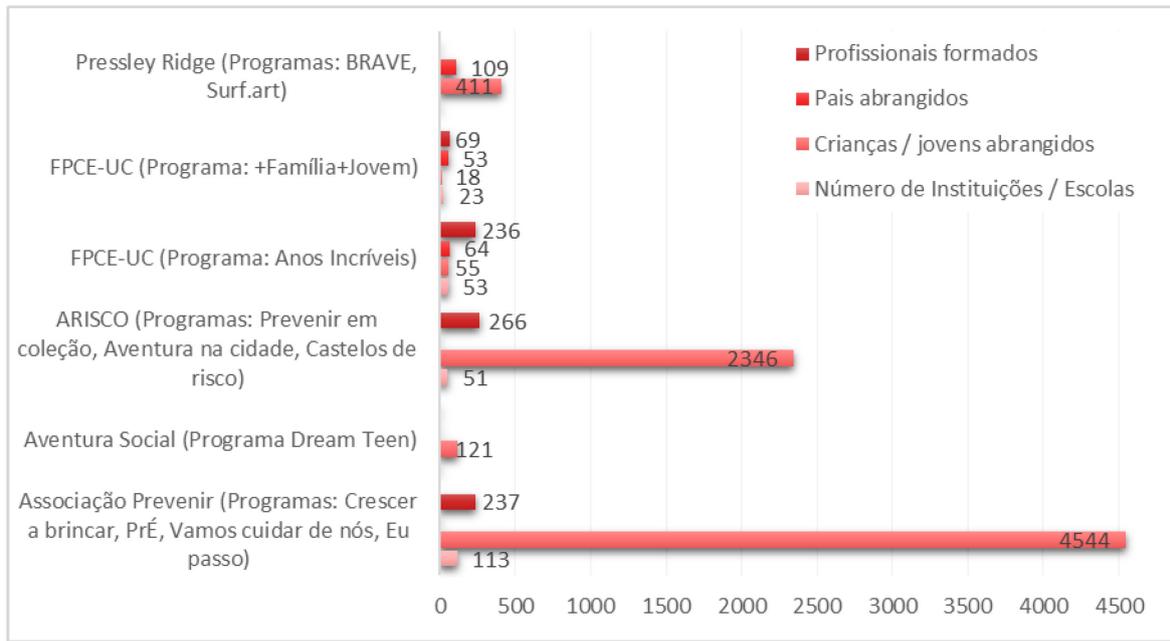
Gráfico 2 - Número de crianças/jovens abrangidos por programas de prevenção universal e seletiva por região



Fonte: SICAD

Complementarmente um conjunto de **várias entidades da Sociedade Civil** desenvolveu, ao longo de 2015, várias intervenções preventivas no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências, com base em programas da sua autoria ou por si adaptados a partir de programas internacionais. Entre estas entidades poderão ser referenciadas as seguintes associações e respetivos projetos: Associação ARISCO (Programas "Prevenir em Coleção", "Aventura na Cidade" e "Castelos de Risco"), Associação Aventura Social ("Dream Teen"), Associação Prevenir ("Prevenir a Brincar", "PrÉ – Programa de Competências Pessoais", "Vamos Cuidar de Nós" e "Eu passo"), IREFREA ("Tu decides"), Equipa de Investigação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra ("+ Família + Jovens" e "Anos Incríveis") e Pressley Ridge ("B.R.A.V.E" e "Surf.Art"):

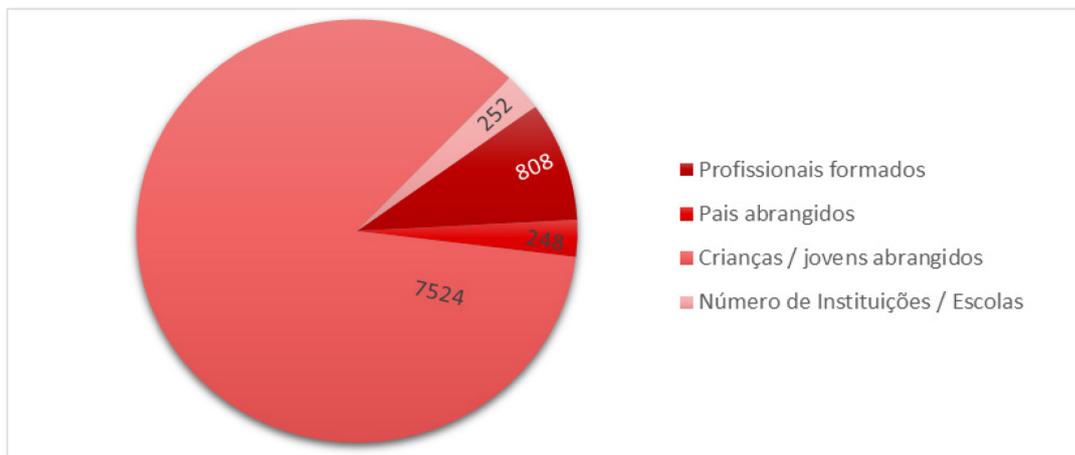
Gráfico 3 - Número de pessoas abrangidas por entidades da sociedade civil em programas de prevenção



Fonte: SICAD

Ainda que os projetos tenham características e grupos alvo diferentes, partilham o carácter continuado da intervenção (programas multi-sessões) e o facto de serem programas com rigor avaliativo e com suporte em evidência científica. O conjunto das diferentes intervenções garantiu o envolvimento de 7.524 jovens e crianças enquadrados por 252 instituições distribuídas geograficamente por todo o país. As intervenções proporcionaram a formação de 808 profissionais das diferentes instituições das comunidades abrangidas, enquanto facilitadores na implementação dos programas. De destacar que algumas destas organizações da Sociedade Civil incidiram a sua intervenção junto a pais e/ou famílias, num trabalho meritório junto a um grupo alvo que tem tradicionalmente recebido pouco suporte em termos preventivos na área dos CAD. O trabalho reportado abrangeu 248 famílias/pais.

Gráfico 4 - Programas de Prevenção Universal e Seletiva desenvolvidos por ONG's de âmbito nacional



Fonte: SICAD

No que concerne à intervenção preventiva no âmbito dos CAD, a **Administração Regional de Saúde, I.P. do Centro**, reporta intervenção com crianças e jovens nos 10 Gabinetes de consulta de Prevenção Seletiva e Indicada (PSI) e a aplicação de 4 programas de informação/sensibilização ("Eu e os Outros", "Trilhos", "Cuida-te", "Dia da Defesa Nacional") bem como, 7 Intervenções em Contexto Universitário e a **Administração Regional de Saúde, I.P. do Norte** refere ter realizado intervenções de informação/sensibilização abrangendo uma população de 57 crianças até aos 12 anos de idade. Dos 13 aos 18 anos abrangeu 1565 adolescentes com Programas de Prevenção Universal (112 grupos / 2524 jovens abrangidos) e de Prevenção Seletiva (9 grupos / 129 jovens). Para idade superior a 18 anos, a ARS Norte reporta 697 ações de Informação/Sensibilização realizadas e refere que, no âmbito do Dia da Defesa Nacional foram desenvolvidas 399 ações que abrangeram 18696 jovens. Em contexto universitário informa ter realizado 38 ações de Informação/Sensibilização para jovens.

Já os dados reportados pela **Administração Regional de Saúde, I.P. de Lisboa e Vale do Tejo** dão conta da realização de intervenções multicomponentes, estruturadas e de continuidade, no âmbito de 118 programas/projetos desenvolvidos com avaliação de processo e/ou de resultados em 118 instituições de diferentes contextos (sendo o escolar o primordial – 85,6%), tendo como população-alvo crianças/jovens até aos 24 anos de idade. Na componente da área ambiental (metodologia que envolve adaptação de guião de linhas orientadoras, formação aos técnicos e reuniões de discussão de casos) estiveram envolvidas 29 instituições e foram discutidos 60 casos, dos quais 20 foram encaminhados para consultas de adolescentes/jovens. A componente informativa foi realizada num total de 225 ações de sensibilização, em 71 entidades e 39 ações de formação, em 40 entidades. No total, esta componente abrangeu 5.656 elementos da população-alvo. A componente de desenvolvimento de competências pessoais e sociais (através da administração de Programas como o "Eu e Outros" ou o "Trilhos") envolveu 61 entidades e abrangeu 4 539 alunos/jovens.

A **Administração Regional de Saúde, I.P. do Alentejo** reporta 78 Sessões de informação/sensibilização, abrangendo 2.453 jovens dos 14 aos 19 anos de idade. Relativamente aos programas de aquisição de competências pessoais e sociais no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências, refere que o "Eu e os Outros" foi aplicado em 11 instituições e abrangeu 317 jovens e o programa "Cuida-te", composto por 4 Sessões abrangeu 412 Jovens. Reporta igualmente a realização de 120 Sessões, no âmbito do Dia Defesa Nacional, abrangendo um total de 4470 jovens e Intervenção no âmbito da Semana da Queima das Fitas, que abrangeu cerca de 2.000 jovens universitários.

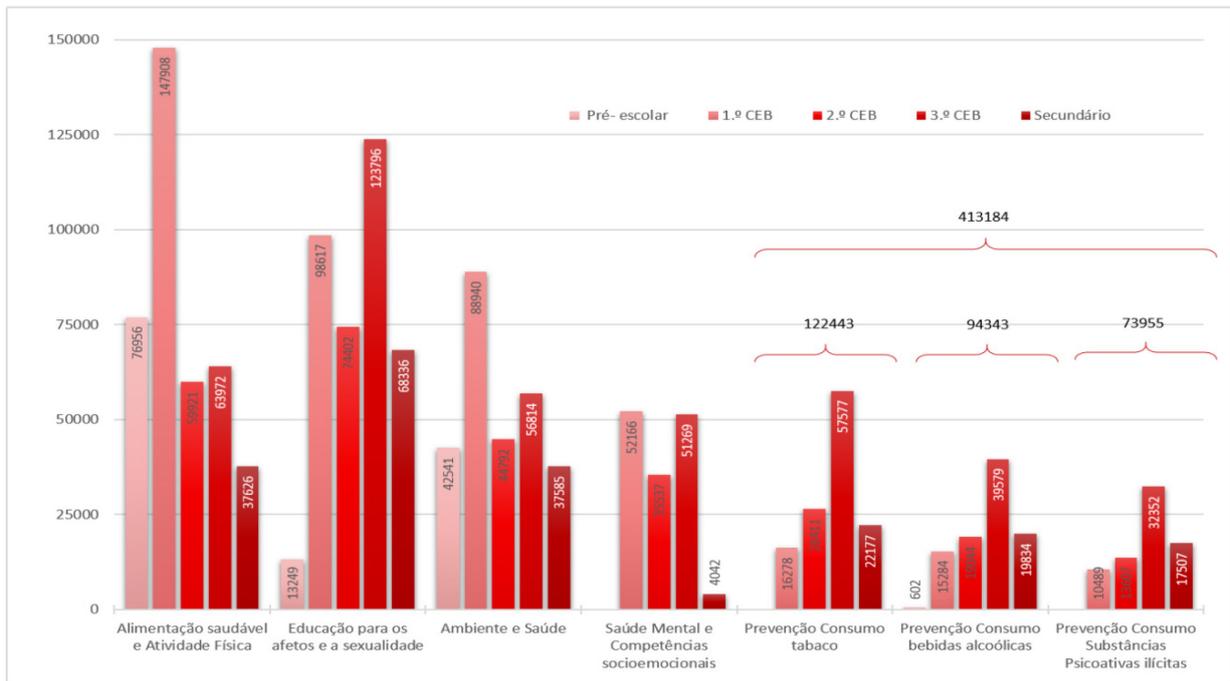
No que concerne à intervenção da **Administração Regional de Saúde, I.P. do Algarve**, são reportadas intervenções de informação e/ou sensibilização para jovens dos 14 aos 19 anos, integradas e focalizadas sobre as substâncias psicoativas e os riscos associados ao seu consumo em articulação com outras estruturas da ARS do Algarve bem como entidades parceiras externas, desenvolvidas em 6 escolas/entidades, num total de 61 ações realizadas, envolvendo 15 professores/profissionais e abrangendo 1701 jovens. Relativamente às Intervenções direcionadas a jovens com idade superior a 15 anos, referem programas de prevenção universal em meio escolar, com base no Projeto "Eu e os Outros" promovido pelo SICAD num total de 16 sessões formativas, envolvendo 7 escolas e 24 aplicadores/professores, conseguindo abranger um total de 227 alunos. Realizaram, igualmente, para esta faixa etária, intervenções de prevenção universal em meio escolar, com base no Projeto "Atlante – Enfrentar o desafio das drogas" num total de 4 sessões formativas, 12 aplicadores, 3 escolas envolvidas e 181 alunos abrangidos. Relativamente a intervenções em meio escolar, no Ensino Secundário, na prevenção dos problemas ligados ao consumo de álcool são reportadas 5 sessões que abrangeram 159 alunos. Para além do contexto escolar, esta ARS dá conta, ainda, da participação em eventos festivos sazonais como concentrações de *motards* e outros, em articulação com a DICAD desta ARS, I.P., num total de 23 ações realizadas.

Visando, igualmente, a promoção de intervenções preventivas de carácter universal, seletivo e indicado, que facilitem o desenvolvimento de fatores de proteção individuais, familiares, sociais e ambientais, e no âmbito da intervenção da **Direção Geral de Educação**, foram desenvolvidos 62 projetos, simultaneamente, em Jardim-de-Infância e 1.º Ciclo de Ensino Básico (CEB), 64 projetos desenvolvidos apenas em jardim-de-infância e 162 projetos desenvolvidos em escolas do 1.º CEB. Foram ainda desenvolvidos 348 projetos, simultaneamente em 2.º e 3.º CEB, 352 projetos desenvolvidos em escolas apenas de 2.º CEB e 586 projetos desenvolvidos em escolas do 3.º CEB. Relativamente ao ensino secundário, foram desenvolvidos 401 projetos em escolas do secundário.

No âmbito do **Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE)**, em vigor desde 2013 e cujo objetivo principal é o da obtenção de ganhos em saúde, a médio e longo prazo, através da promoção e educação para a saúde e da redução dos determinantes das doenças crónicas, no que se refere à prevenção universal, as Equipas de Saúde Escolar trabalharam áreas como a prevenção do consumo de tabaco, especialmente na Região de Lisboa e Vale do Tejo, a prevenção do consumo de bebidas alcoólicas na Região Algarve e, em menor escala, a prevenção do consumo de substâncias psicoativas ilícitas. No eixo da capacitação, 886.490 crianças e jovens foram abrangidas pelo PNSE através de ações de promoção e educação para a saúde integradas, ou não, em Projetos.

O gráfico seguinte evidencia o número de crianças/jovens alvo de ações de Educação para a Saúde e abrangidos pelo PNSE, segundo o nível de Educação e Ensino:

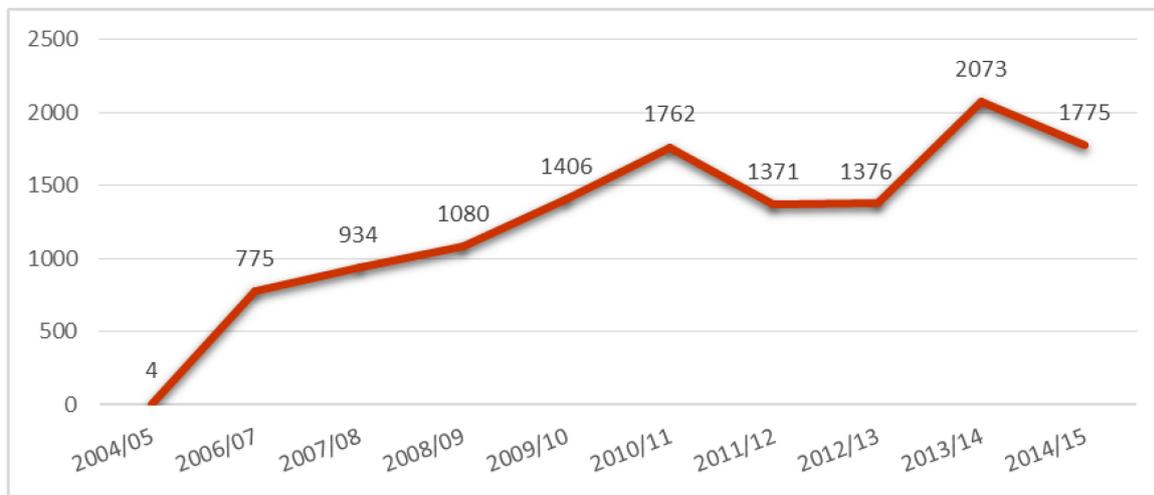
Gráfico 5 - Programas de intervenção desenvolvidos nas escolas, por ciclos de ensino e alunos abrangidos no ano letivo 2014/15



Fonte: Relatório Técnico, Programa Nacional de Saúde Escolar: avaliação do ano letivo 2014/15

No contexto da intervenção da Saúde Escolar, em 2009 foram introduzidas questões no Formulário da Segurança, Higiene e Saúde, que permitiram monitorizar o cumprimento da Lei do Tabaco nas Escolas, evidenciado no gráfico seguinte:

Gráfico 6 - Evolução do cumprimento da Legislação do Tabaco



Fonte: Relatório Técnico, Programa Nacional de Saúde Escolar: avaliação do ano letivo 2014/15

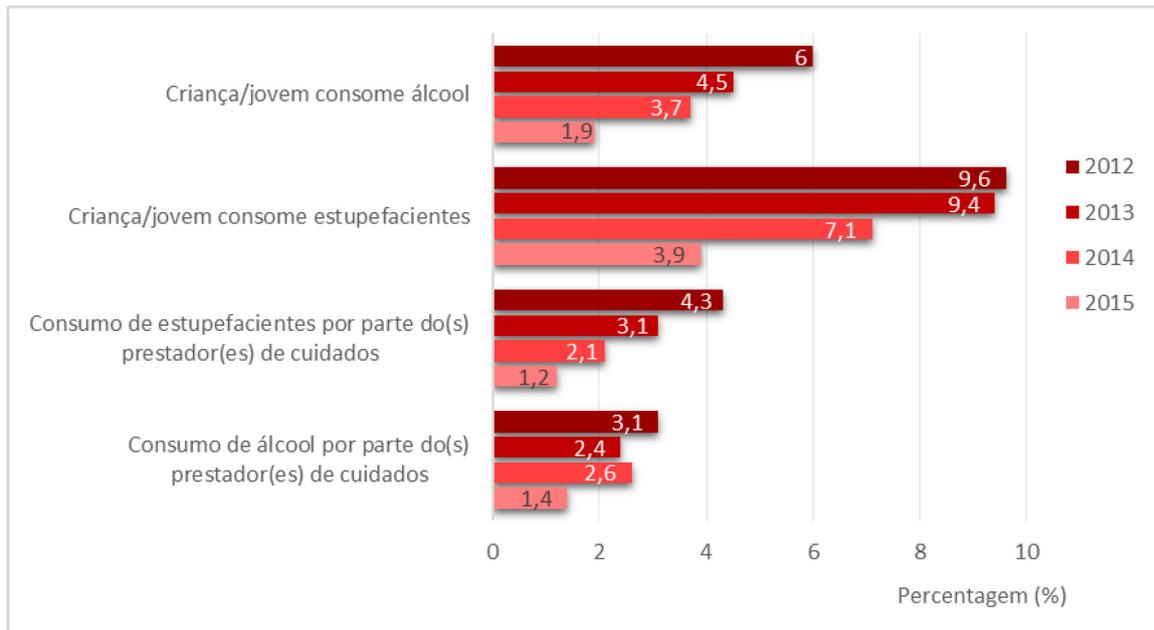
A **Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens** reporta, no seu "*Relatório de avaliação de atividades de 2015*", que foram comunicadas às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) 38.897 situações de perigo de crianças e jovens até aos 21 anos de idade.

De acordo com o mesmo, 12.237 sinalizações deveram-se a "exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança", sendo que destas, 312 sinalizações foram por existência de comportamentos aditivos e/ou dependências ("consumo de álcool e/ou estupefacientes") por parte do(s) prestador(es) de cuidados a quem estas crianças ou jovens estavam entregues.

Foram igualmente identificadas 5.643 sinalizações por a "criança/jovem assumir comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que o(s) prestador(es) de cuidados se oponha(m) de forma adequada" e destas, 327 crianças/ jovens evidenciavam comportamentos aditivos e/ou dependências, designadamente consumo/abuso de álcool e substâncias psicoativas.

Assim, verifica-se que, no universo total de sinalizações, 639 crianças/jovens foram sinalizados às CPCJ em 2015 por exposição ou prática de comportamentos aditivos e/ou dependências, valores estes que, em termos percentuais, têm vindo a diminuir ao longo dos últimos 4 anos, conforme gráfico infra:

Gráfico 7 - Variação dos pontos percentuais, ao longo dos últimos 4 anos, sobre motivos diretamente relacionados com CAD que conduziram à sinalização de crianças/jovens em perigo às CPCJ's

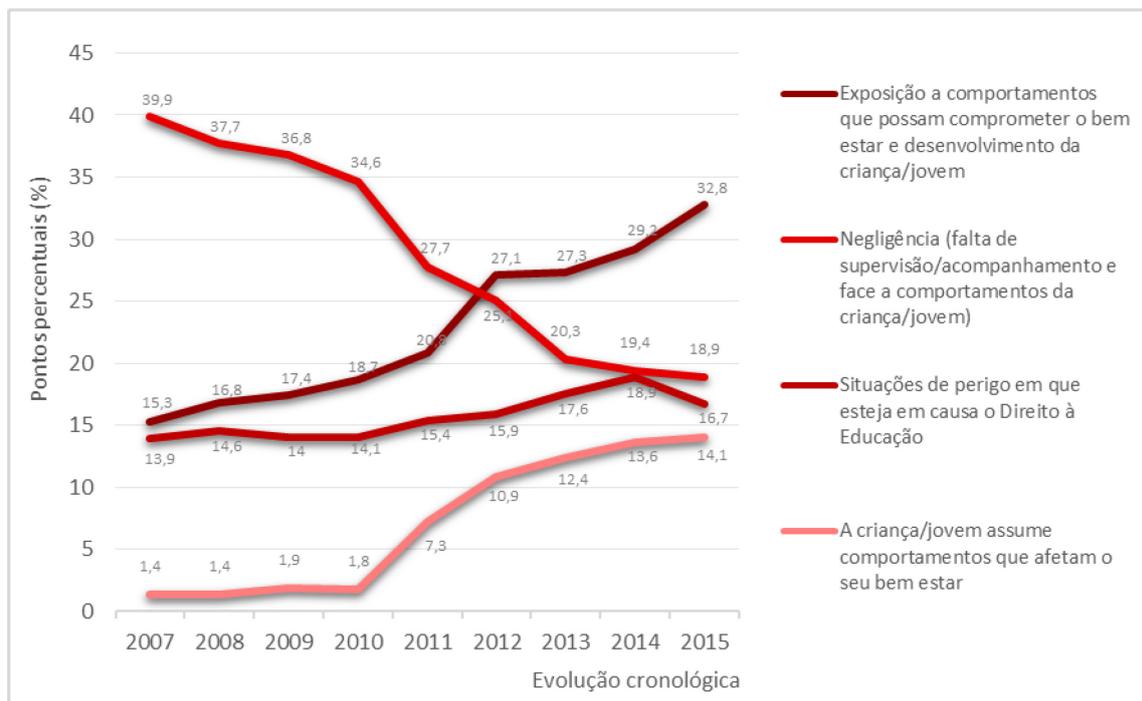


Fonte: Relatórios de avaliação de atividades de 2012, 2013, 2014 e 2015, disponíveis online

Contudo, salienta-se dos vários relatórios de atividades disponíveis *online* e ao longo dos últimos sete anos, situações genéricas potencialmente propiciadoras do agravamento de comportamentos aditivos e dependências em crianças/jovens como sejam:

- “Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem estar e desenvolvimento da criança/jovem” onde se insere a subcategoria de “exposição ao consumo de álcool” ou “estupefacientes” por parte do(s) prestador(es) de cuidados;
- “Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à educação das crianças/jovens” onde se inserem o “abandono” e o “absentismo escolar”;
- “Situações em que a criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem estar sem que o(s) prestador(es) de cuidados se oponha(m) de forma adequada”, nas quais se inserem o “consumo de álcool” e/ou “estupefacientes” ou os “comportamentos graves antissociais/de indisciplina” e
- “Negligência”, onde se inserem a “falta de supervisão e/ou acompanhamento familiar”, “negligência grave” e, entre outras, “negligência face a comportamentos da criança/jovem”, que, apesar de se encontrar em diminuição, apresenta ainda índices percentuais significativamente elevados, conforme gráfico infra:

Gráfico 8 - Variação dos pontos percentuais, ao longo dos últimos 9 anos, sobre motivos que poderão estar indiretamente relacionados com CAD e que conduziram à sinalização de crianças/jovens em perigo às CPCJ's



Fonte: Relatórios de avaliação de atividades de 2007 a 2015, disponíveis online

O **Instituto da Segurança Social, I.P.** reporta ter acompanhado em 2015, 151 Jovens com idades compreendidas entre os 15 e 19 anos, com problemas relacionados com comportamentos aditivos e dependências (CAD), e 3 jovens da mesma faixa etária, com problemas relacionados com álcool. Dos 20 aos 24 anos, o ISS, I.P. acompanhou 208 Indivíduos com problemas relacionados com CAD, e 23 Indivíduos com problemas relacionados com álcool.

O Programa CUIDA-TE, desenvolvido pelo **Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.** (IPDJ, I.P.) em parceria com as Administrações Regionais de Saúde, I.P., Direção-Geral da Saúde, Direção-Geral de Educação e SICAD, visa a promoção da saúde juvenil e de estilos de vida saudáveis. É dirigido a todos os jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 25 anos, professores, pais, dirigentes associativos, profissionais de saúde e outros que desenvolvem atividades nesta área. Tem como objetivo geral educar para a saúde, promovendo a aquisição de conhecimentos e competências nesta área, de forma global e integradora, interrelacionando as diferentes componentes (somáticas, psicoafectivas e sociais) e estudar, partindo dos diagnósticos que forem feitos aos jovens no âmbito deste programa, os estilos de vida dos adolescentes, os principais indicadores do seu estado de saúde e os seus comportamentos face à sexualidade, com o intuito de melhorar e adaptar as intervenções nesta área.

As áreas de atuação são a promoção da saúde global dos jovens nas suas várias dimensões, o fomento da prática de exercício físico regular, da prática de uma alimentação saudável e da assunção de estilos de vida saudáveis e responsáveis, a prevenção dos consumos nocivos e a promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Tem 5 medidas de ação:

- **Medida 1 – Unidades Móveis** - Cinco Unidades Móveis, uma por Direção Regional do IPDJ, I.P., deslocam-se a escolas e outros locais (de diversão diurnos e noturnos, mostras, feiras e outras iniciativas similares) com presença de jovens em número significativo, para sensibilização, informação e aconselhamento sobre as temáticas centrais do programa.
- **Medida 2 – Formação** – Pacotes de formação presencial e de *e-learning*, dirigidos circunstanciadamente a cada um dos públicos que constituem os destinatários do programa.
- **Medida 3 – Teatro debate** - São disponibilizadas peças de teatro-debate sobre vários temas relacionadas com a promoção da saúde, que estimulem a reflexão e debate sobre as temáticas que são consideradas prioritárias.
- **Medida 4 – Gabinetes de Saúde Juvenil** - Espaços de atendimento gratuitos, anónimos e confidenciais, na área da saúde.
- **Medida 5 – Apoio a projetos** - São apoiados financeiramente projetos em prol da promoção da saúde dos jovens.

Do funcionamento destas iniciativas expõem-se os resultados que contribuem para o Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2016, no ano de 2015, por contextos:

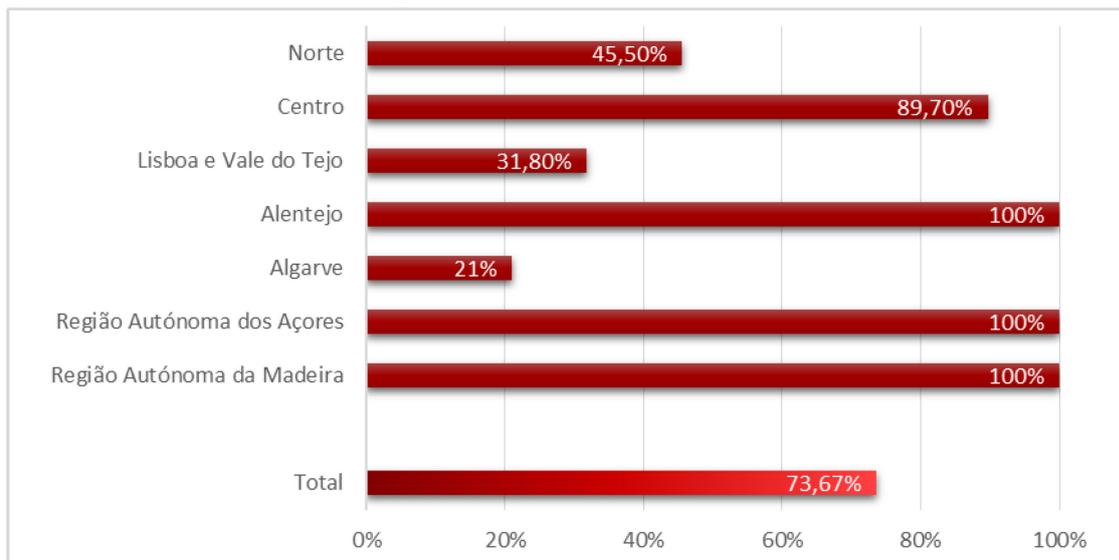
Tabela 1 - Quadro síntese das medidas de ação do IPDJ por contexto, ciclo de vida e número de pessoas abrangidas

	Ação	Ciclo de vida	Indicador	Resultado 2015	Iniciativas
Contexto Escolar	Medida 1: Cuida-te / Unidades Móveis	15-19	N.º de projetos	56	Deslocações a Escolas
			N.º de jovens	4236	
	Medida 3: Cuida-te / Teatro Debate	15-19	N.º de projetos	50	
			N.º de jovens	4581	
Contexto Recreativo	Medida 1: Cuida-te / Unidades Móveis	15-19	N.º de projetos	18	Feiras, festivais, Dia Internacional da Juventude
			N.º de jovens	2654	
		20-24	N.º de projetos	18	
			N.º de jovens	1180	
Contexto Universitário	Medida 1: Cuida-te / Unidades Móveis	15-19	N.º de projetos	36	Receção ao caloiro e queima das fitas
			N.º de jovens	1120	
		20-24	N.º de projetos	36	
			N.º de jovens	5323	
Outros Contextos	Medida 4: Cuida-te / Gabinetes de Saúde Juvenil	15-19	N.º de atendimentos	1154	Consultas
		20-24	N.º de atendimentos	1622	
		+ de 25	N.º de atendimentos		Sexualidade em Linha

Fonte: IPDJ, I.P.

Coordenado pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências, deu-se continuidade à intervenção em contexto Militar, no âmbito do **Dia da Defesa Nacional (DDN)**, em articulação com o Ministério da Defesa Nacional. Em 2015, é de destacar o alargamento da participação nesta iniciativa à Região Autónoma dos Açores, que até 2014 não se tinha envolvido nesta intervenção. Destaque igualmente para a melhoria do trabalho de articulação com a coordenação militar, a qual se traduziu numa melhor acessibilidade aos dados.

Gráfico 9 - Percentagem de cobertura no Dia de Defesa Nacional em 2015



Fonte: Dia da Defesa Nacional, Relatório de 2015

Ainda no âmbito da prevenção, mas agora numa perspetiva de sensibilização (intervenções pontuais) as estruturas da saúde ligadas aos CAD, no âmbito do Dia da Defesa Nacional (DDN), desenvolveram nas 7 regiões do país (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira), um total de 504 dias de intervenção dos 925 dias previstos pela coordenação militar do DDN, correspondendo a uma percentagem de 54% da totalidade das ações. Em estimativa foram abrangidos 62.601 dos 123.793 jovens convocados correspondendo a 50,6% do valor previsto, jovens estes que participaram nas ações desenvolvidas em 21 núcleos de divulgação do DDN espalhados por todo o país. Nesta intervenção foram envolvidos 101 técnicos que despenderam 933 horas em ação direta explorando temas como "o comportamento aditivo e as dependências", o "enquadramento legal do consumo de substâncias" e "efeitos e consequências do consumo de substâncias psicoativas em função do tipo de substância, género, estado físico e emocional e contextos de consumo".

- **Adultos acima dos 25 com especial incidência nos contextos familiar, comunitário, laboral, desportivo, recreativo, rodoviário e prisional (SICAD; ARS, I.P.; DGS; IPSS/ONG; ISS, I.P.; MDN; IEFP; Sindicatos; SPMT; IPDJ, I.P.; DGRSP)**

O **Instituto de Segurança Social, I.P.** refere que, em 2015, acompanhou, em diversos contextos, 10.324 Indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, com problemas relacionados com CAD, e 9716 Indivíduos com problemas específicos relacionados com álcool, da mesma faixa etária. Acompanhou, igualmente, 17 Indivíduos com mais de 65 anos de idade, com problemas relacionados com CAD, e 1134 Indivíduos com problemas específicos relacionados com álcool.

No âmbito da **intervenção em contexto rodoviário**, e dando continuidade aos trabalhos em curso, foram realizadas reuniões de trabalho do SICAD com a **Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)**, para dar corpo a uma proposta de evento de sensibilização, no âmbito do **Protocolo de Adesão à Campanha Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho** da Condução Automóvel Profissional com a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). Foram indicados os destinatários das ações, quadros de empresas e da Administração Pública com ação na gestão das empresas ligadas à atividade da condução automóvel.

O “**European Transport Safety Council – ETSC**”, o MAI/ANSR e a PRP organizaram uma conferência internacional, na qual o SICAD também participou, dia 22 de abril, na Assembleia da República, em Lisboa, sobre o abuso do álcool nos transportes rodoviários. O evento abordou algumas medidas para combater a condução sob o efeito do álcool, tais como o uso de “*alcohol interlocks*”, resultados de pesquisas e estudos de casos em estados membros da UE. A conferência possibilitou aos participantes a oportunidade de discutir com especialistas e de partilhar experiências e sucessos sobre a utilização de “*alcohol interlocks*”.

No quadro do desenvolvimento de modelos e programas em contextos de intervenção específicos, a **Intervenção em Contexto Laboral** incidiu fundamentalmente na consolidação das diferentes vertentes de intervenção através da dinamização e reforço das ações e das parcerias estabelecidas com o Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências.

Neste contexto, o principal investimento centrou-se na preparação e execução de ações de sensibilização e formativas que tiveram como público-alvo os trabalhadores de empresas e organizações públicas e privadas, bem como no desenvolvimento e redação do “*Guia Prático para a Intervenção em Micro Pequenas e Médias Empresas sobre Comportamentos Aditivos e os seus Reflexos em Meio Laboral*.”

O SICAD desenvolveu, no âmbito da Comissão Sectorial para a Saúde – CS/09 – Instituto Português da Qualidade, I.P., o documento “*Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) Recomendações para a intervenção em Contexto Laboral*”.

Relativamente à intervenção no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências realizada a adultos, a **Administração Regional de Saúde, I.P. do Alentejo** reporta a execução de 2 Sessões em contexto laboral, que abrangeram 29 trabalhadores. A **ARS, I.P. do Algarve** reporta a participação em 14 ações de divulgação em parceria com escolas, autarquias e/ou outras entidades abrangendo 305 indivíduos bem como a realização de ações de sensibilização sobre os Problemas Ligados ao Álcool (PLA) e outras substâncias psicoativas em meio laboral, destinadas a trabalhadores e chefias em articulação com as autarquias locais ou empresas, num total de 38 ações realizadas em 2 entidades e abrangendo 583 participantes. Acrescem intervenções de prevenção da desinserção em meio laboral em articulação com as autarquias locais e empresas da região com 6 treinos de aptidões sociais efetuados, em 6 empresas/autarquias abrangendo 60 participantes. Em articulação com o IEFP, I.P., implementaram medidas de inserção preconizadas pelo Programa Vida-Emprego e outros programas a 69 indivíduos e implementaram medidas de integração de utentes na vida ativa a 60 utentes em acompanhamento e a 60 utentes integrados no mercado de trabalho. A **ARS, I.P. do Centro** identifica três intervenções realizadas em meio laboral. Já a **ARS, I.P. do Norte** reporta a realização de intervenções de prevenção seletiva realizada a 3 grupos intervenção em contexto familiar (abrangendo 37 indivíduos) e ações de informação/sensibilização realizadas a 842 indivíduos.

No âmbito da intervenção das Forças Armadas, a **Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo (UTITA)** do Hospital das Forças Armadas desenvolveu 37 ações de formação dirigidas aos intervenientes em matéria de CAD em contexto laboral, num total de 51 horas de formação e abrangendo 772 formandos; a DGRDN desenvolveu 2 ações de formação. A Escola do Serviço de Saúde Militar, do Exército, desenvolveu 2 Cursos de operadores de prevenção de alcoolismo e toxicodependências para 66 formandos (1 do Ministério da Defesa Nacional, 44 das Forças Armadas e 16 das Forças de Segurança) e 1 Curso de validação clínica em toxicologia de drogas de abuso / Toxicologia clínica ocupacional (*Medical Review Officer – MRO*) para 4 formandos das Forças Armadas.

A intervenção em contexto laboral realizada ao abrigo do **Protocolo de Articulação SICAD / Confederação Geral dos Trabalhadores de Portugal (CGTP – IN)**, continuou a desenvolver-se, tal como previsto, na Câmara Municipal de Seixal, de Palmela e numa empresa do sector público empresarial.

Foi, ainda, desenvolvida a Semana temática “*SST Condução Automóvel Profissional*”. Este encontro desenvolveu-se no âmbito do Protocolo de Adesão à Campanha Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho da Condução Automóvel Profissional com a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). O SICAD aderiu aos objetivos da Campanha, tendo em vista a promoção das atividades previstas, designadamente a realização de um conjunto de iniciativas em Lisboa e no Porto, entre elas ações de sensibilização e o Dia Mundial em Memória das Vítimas da Estrada.

O SICAD mantém uma equipa de trabalho com o objetivo de providenciar respostas a entidades empregadoras, realizar análises de programas e projetos de intervenção provenientes de empresas, bem como de documentos conceptuais e organizativos, emitindo os respetivos pareceres e propostas de desenvolvimento, tendo conseguido responder à totalidade das solicitações das entidades.

No sentido da disseminação do documento “*Segurança e Saúde do Trabalho e a Prevenção do Consumo de Substâncias Psicoativas: Linhas Orientadoras para a Intervenção em Meio Laboral*”, foi apresentada a comunicação “*Safety and health in the workplace and psychoactive substances use: guidelines for workplace intervention*”, na *Lisbon Addiction Conference*, promovida pelo SICAD e pelo EMCDDA, realizada em Lisboa - 21 e 22 de Setembro.

Fruto de um trabalho continuado nos últimos anos, continuaram a desenvolver-se “ações de sensibilização dirigidas a diferentes grupos-alvo, em vários contextos, sobre os riscos associados aos CAD” tendo como destinatários públicos diversos, de entre os quais alunos de escolas de ensino profissionalizante, estudantes de medicina, militares ou profissionais no ativo.

Ação 2. Implementação de mecanismos de referência e resposta ao surgimento precoce de comportamentos aditivos com ou sem substância

- **Crianças e jovens até aos 14 anos de idade (SICAD; ARS, I.P.; CNPCJR; DGE; DGS; IPDJ; IPSS/ONG; ISS, I.P)**

Em 2015, foi produzido pelo SICAD em articulação com as ARS, I.P., o instrumento de recolha de informação para monitorizar a implementação da **Rede de Referência/Articulação**, o qual operacionaliza a recolha de informação que permite a monitorização dos indicadores específicos (de Gestão e de Desempenho e Execução) que avaliam a sua implementação.

A produção deste documento e a correspondente difusão pelas ARS, I.P., permitiu já neste ano que o Relatório Anual da Rede de Referência/Articulação fosse realizado pelo SICAD com base nos dados loco-regionais fornecidos pelas ARS, I.P., recolhidos através deste instrumento, o qual possibilita a harmonização, sistematização e quantificação da informação em avaliação, constituindo-se assim como um meio facilitador da gestão deste processo.

O SICAD promoveu as atividades de Coordenação do Grupo Técnico de Acompanhamento da Rede de Referência/Articulação, nomeadamente através da realização de 2 reuniões de trabalho.

- **Ao nível da Prevenção**

O trabalho de validação dos procedimentos avaliativos elaborados nos anos 2013 e 2014 para o **Programa Eu e os Outros** envolveu o tratamento dos dados recolhidos nos últimos anos e disponibilizados à coordenação. Este procedimento contou com o apoio da coordenação para a prevenção da ARS, I.P. de Lisboa e Vale do Tejo, e envolveu a revisão dos instrumentos utilizados, nas suas versões impressas e em survey, o tratamento das bases de dados e a análise dos dados recolhidos. O trabalho envolveu ainda a avaliação da consistência das escalas utilizadas, com especial destaque para o LEQ, instrumento utilizado pelo programa desde 2008 e para o qual não houve até à data uma validação para a população Portuguesa.

No âmbito da implementação do programa Eu e os Outros foi desenvolvido um trabalho de monitorização a nível nacional, que envolveu reuniões entre a coordenação (SICAD) com as coordenações regionais das DICAD das ARS, I.P.. Para além destas, também a CDT de Lisboa, a PSP, o IPDJ, I.P., a Direção Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a Direção Regional de Educação dos Açores, o Ministério de Educação de Cabo Verde, o Gabinete do UNODC para a Região Africana, entre vários outros, foram parceiros fundamentais no desenvolvimento e implementação do Programa. Em termos de planeamento, estas reuniões permitiram a definição das linhas de ação para o novo ano e, posteriormente, a avaliação da concretização das mesmas. Para além disso, constituíram igualmente um espaço para o debate de documentos e tomada de decisões sobre a articulação com os parceiros. Foram igualmente utilizadas para a revisão do documento das Linhas Orientadoras para a Implementação do Programa Eu e os Outros o qual, em virtude das constantes adaptações introduzidas, nomeadamente ao nível da formação e da avaliação, requerem constantes adaptações.

No sentido da disseminação do programa E&O ", foi apresentada a comunicação "*Me & the Others – Elicitation research for the construction of a prevention program of alcohol-related problems*", na Lisbon Addiction Conference.

- **Ao nível do Tratamento**

No âmbito da intervenção em **Unidades de Desabilitação**, em 2015 deu-se continuidade ao trabalho encetado no ano anterior, o qual tinha por objetivo a produção de documento sobre **Normas e Orientações Técnicas** para estas Unidades, em colaboração com as ARS, I.P.. Para o efeito, constituiu-se em 2014 um Grupo de Trabalho o qual, sob coordenação do SICAD, preparou a estrutura e compilou os documentos e instrumentos relevantes e necessários para a sua produção. Com base neste trabalho prévio, em 2015 procedeu-se ao desenvolvimento do documento, o qual culminou na produção de uma versão do mesmo, a qual deverá ser avaliada, revista e validada pelo Grupo de Trabalho em 2016, visando a sua finalização e posterior difusão junto das Unidades e dos profissionais que nelas intervêm.

Na sequência da produção, em 2014, do documento "**Linhas Orientadoras para a Intervenção em Fisioterapia no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências**", e da definição da respetiva proposta de difusão, foi em 2015 levada a cabo a disseminação deste documento, junto das entidades, serviços e profissionais com intervenção com cidadãos com CAD nesta área.

- **Ao nível da Redução de Riscos e Minimização de Danos**

Estando prevista para 2015 a prossecução do desenvolvimento dos trabalhos que visam a produção de documento sobre Linhas de Orientação para a Intervenção em RRMD, várias foram as iniciativas que, neste âmbito, importa salientar. Assim, foi elaborado pelo SICAD um documento base – "**Orientação Técnica em RRMD: Competências dos Interventores**", o qual serviu de suporte à operação do Grupo de Trabalho, coordenado pelo SICAD e contando com representantes de todas as DICAD das ARS, I.P.. Tendo sido assim possível, no contexto deste Grupo de Trabalho, consensualizar um documento que se centra num dos vetores primordiais da intervenção em RRMD – as competências dos interventores, foi decido alargar o âmbito desta iniciativa, pela criação do Grupo de Trabalho Alargado, o qual integra não só os membros do Grupo de Trabalho, como também os peritos de instituições promotoras de projetos e de investigação nesta área específica.

- **Ao nível da Reinserção**

Na sequência da publicação do documento **Linhas Orientadoras para a Mediação Social e Comunitária no âmbito da Reinserção de Pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências**, foram desenvolvidas várias iniciativas de divulgação e difusão deste documento, considerando a sua relevância para a área de intervenção da reinserção.

Em 2015, em termos do suporte técnico à investigação no âmbito da **Intervenção em Contexto Escolar - Ensino Superior**, foram lançadas as bases para o desenvolvimento do estudo nacional "*Estudo Saúde e Estilos de Vida no Ensino Superior em Portugal*", tendo por base os mesmos parceiros que desenvolveram em 2012 o estudo sobre os Consumos e Estilos de Vida nos estudantes do ensino superior da Universidade de Lisboa: o Conselho Nacional da Juventude, o Instituto de Ciências Sociais e o SICAD, aos quais se juntou agora o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). A Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (APESP) e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) poderão vir a integrar igualmente este grupo de trabalho.